

Fortbrasil  
Administradora de  
Cartões de  
Crédito S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e aos Administradores da  
Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.  
Fortaleza - CE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira  
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

## Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.179.398	9.470.716	Fornecedores	12	2.741.073	1.622.090
Aplicações financeiras	5	7.366.628	1.814.184	Financiamentos e empréstimos	13	15.716.022	13.157.113
Contas a receber de clientes	6	195.839.325	212.631.123	Valores a repassar a lojistas	14	102.366.411	93.700.347
Contas a receber de lojistas	9	3.456.009	866.478	Impostos e contribuições a recolher	15	1.098.443	1.338.056
Cessão de direitos creditórios		1.600.000	3.553	Salários e férias a pagar		593.541	528.794
Estoques		47.836	53.881	Empréstimos de partes relacionadas	16	736.256	3.279.153
Impostos a recuperar	7	440.042	2.172.374	Empréstimos de terceiros	17	64.190	1.774.713
Adiantamento a lojistas	8	1.887.259	2.793.671	Debêntures	18	43.016.472	29.818.785
Outros créditos		1.448.361	660.535	Dividendos propostos		182.760	1.504.014
Despesas antecipadas		120.660	143.215	Outras contas a pagar		2.960.041	3.469.269
		<u>224.385.517</u>	<u>230.609.728</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>169.475.208</u>	<u>150.192.333</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Intangível		348.962	231.172	Financiamentos e empréstimos	13	3.215.716	2.772.440
Imobilizado	10	1.628.105	2.623.763	Empréstimos de partes relacionadas	16	2.747.080	1.290.609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	7.759.613	7.539.611	Empréstimos de terceiros	17	197.156	-
Outros créditos		-	41.254	Debêntures	18	30.078.732	47.431.733
		<u>9.736.680</u>	<u>10.435.800</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>36.238.683</u>	<u>51.494.783</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>9.736.680</u>	<u>10.435.800</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	20	33.220.000	33.220.000
				Capital social		-	402.519
				Reserva legal		-	5.735.893
				Reserva de lucro		(4.811.695)	-
				Prejuízos acumulados			
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>28.408.305</u>	<u>39.358.412</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>234.122.197</u></u>	<u><u>241.045.528</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>234.122.197</u></u>	<u><u>241.045.528</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	22	89.379.313	80.939.890
<b>Custo dos serviços prestados</b>	23	<u>(32.963.518)</u>	<u>(32.703.049)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>56.415.794</u>	<u>48.236.841</u>
Despesas administrativas e gerais	24	(15.057.445)	(14.717.937)
Despesas tributárias		(766.118)	(500.914)
Perda com recebíveis	29	(116.639.212)	(84.187.132)
Perdas (reversão) estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6	1.605.443	(7.388.811)
Outras despesas operacionais líquidas	25	<u>(484.345)</u>	<u>339.681</u>
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>		(74.925.883)	(58.218.272)
Despesas financeiras		(24.798.415)	(21.252.122)
Receitas financeiras		<u>88.554.189</u>	<u>85.902.179</u>
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>	26	<u>63.755.774</u>	<u>64.650.056</u>
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos impostos</b>		(11.170.109)	6.431.785
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	(5.754.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>220.002</u>	<u>2.955.524</u>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<u><u>(10.950.107)</u></u>	<u><u>3.633.217</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(10.950.107)	3.633.217
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b><u>(10.950.107)</u></b>	<b><u>3.633.217</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>33.220.000</u>	<u>220.858</u>	<u>3.147.226</u>	<u>-</u>	<u>36.588.084</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.633.217	3.633.217
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-
Reserva legal (Ver nota 19 c.)	-	181.661	-	(181.661)	-
Dividendos propostos (Ver nota 19 c.)	-	-	-	(862.889)	(862.889)
Retenção de lucros	-	-	2.588.667	(2.588.667)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>33.220.000</u>	<u>402.519</u>	<u>5.735.893</u>	<u>-</u>	<u>39.358.412</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(10.950.107)	(10.950.107)
Realização da reserva legal (Ver nota 19 c.)	-	(402.519)	-	402.519	-
Realização de retenção de lucros	-	-	(5.735.893)	5.735.893	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>33.220.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.811.695)</u>	<u>28.408.305</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(10.950.107)</b>	<b>3.633.217</b>
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	5.754.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(220.002)	(2.955.524)
Perda com recebíveis	116.639.212	84.187.132
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.605.443)	7.388.811
Juros sobre financiamentos e empréstimos de terceiros	4.683.254	5.297.005
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	823.255	3.134.990
Juros e encargos sobre debêntures	15.761.814	10.325.063
Compensações de tributos	2.172.010	629.845
Baixa de imobilizado	(5.696)	10.651
Baixa de ativo intangível	27.736	-
Depreciação e amortização	1.125.424	596.090
	<hr/>	<hr/>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Aumento (redução) em aplicações financeiras	(5.552.444)	200.622
Aumento em contas a receber de clientes	(98.241.971)	(132.618.674)
Aumento em contas a receber de lojistas	(2.589.532)	-
Aumento em cessão de direitos creditórios	(1.596.447)	-
Aumento (redução) nos estoques	6.045	12.335
Aumento de impostos a recuperar	(439.677)	(2.445.490)
Aumento (redução) de adiantamento a lojistas	906.412	(154.287)
Aumento (redução) de outros créditos	(746.573)	(852.332)
Redução de despesas antecipadas	22.555	16.696
Aumento em fornecedores	1.118.983	471.952
Aumento em valores a repassar a lojista	8.666.064	4.872.783
Redução em impostos e contribuições a recolher	(239.614)	(5.298.772)
Aumento em salários e férias a pagar	64.747	221.402
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(509.228)	2.054.225
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>29.320.777</b>	<b>(15.518.169)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(64.337)	(2.164.745)
Aquisição de intangível	(205.258)	(109.047)
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>(269.595)</b>	<b>(2.273.792)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos de terceiros - principal	(41.964.923)	(52.938.328)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas - principal	(1.325.171)	(16.211.372)
Pagamento de empréstimos e financiamentos de terceiros - juros	(4.590.553)	(3.783.154)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas - juros	(858.510)	(5.625.737)
Financiamentos e empréstimos tomados de terceiros	43.361.040	57.015.978
Empréstimos tomados de partes relacionadas	274.000	4.700.000
Pagamento de dividendos	(1.321.254)	-
Pagamento de debêntures - principal	(31.636.364)	(49.181.300)
Pagamento de debêntures - juros e encargos	(13.280.765)	(9.877.075)
Emissão de debêntures	25.000.000	100.888.731
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(26.342.500)</b>	<b>24.987.743</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.708.682</b>	<b>7.195.782</b>
<b>Demonstração de aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	9.470.716	2.274.934
No fim do exercício	12.179.398	9.470.716
	<hr/>	<hr/>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.708.682</b>	<b>7.195.782</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

### 1 Contexto operacional

A Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado cuja sede administrativa está localizada na Av. Bezerra de Menezes, 100, sala 301 A 314, Ed. Center Norte, Otávio Bonfim, Fortaleza - CE.

A Companhia foi constituída em 27 de outubro de 2004 e tem como principais objetivos: a) prestação de serviços de administração de cartões de sua emissão; b) intermediação de negócios de terceiros; c) vendas de títulos de capitalização, de créditos de telefonia em geral, de planos de saúde, de seguros e pagamento de salários; e d) antecipação de crédito futuro de lojistas credenciados a aceitar os instrumentos de pagamento relacionados com a atividade da companhia.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2017.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

#### *Estimativas*

Estimativas e premissas em que os critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro são:

- **Notas Explicativas nº 6** - teste de redução ao valor recuperável do contas a receber;
- **Notas Explicativas nº 11** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota Explicativa nº 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota Explicativa nº 10** - valor residual e vida útil do ativo imobilizado: tempo de vida útil.

A Administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**e. Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal, tendo em vista as projeções de desempenho econômico e fluxo de caixa preparadas pela gestão, as quais avaliam que a Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A. conseguirá manter suas atividades e cumprir com suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios.

Reconhece-se que a Companhia possui histórico de lucro, a despeito do resultado do exercício de 2016, e pronto acesso a recursos financeiros para operar normalmente; e sua administração julga, ainda, não haver eventos materiais que sugiram dúvidas significativas acerca de sua capacidade de dar continuidade aos seus negócios no futuro.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**b. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo a cobrança de taxas de administração dos cartões de crédito e juros e multas, se aplicável. Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber.

Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhante.

**c. Ativos e passivos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Classificam-se os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis; e disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é estabelecida no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, debêntures, empréstimos de partes relacionadas, fornecedores, dividendos propostos, valores a passar a lojistas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

**d. Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

***Depreciação***

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, tal como imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, que não sobre ágio, reconhecida em exercícios anteriores, é avaliada a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**f. Arrendamentos mercantis**

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros, quando incorridos, são registrados no resultado.

**h. Benefícios de curto prazo a empregados**

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i. Capital social**

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo, quando aplicável.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, multas e variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações monetárias passivas e despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.



**k. Tributação**

**(i) Impostos e contribuições sobre as receitas**

As receitas de serviços estão sujeitas ao ISS, pela alíquota vigente de 5% e as receitas totais estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%, com a exceção das receitas financeiras que estão sujeitas a alíquotas diferenciadas.

As receitas financeiras tiveram suas alíquotas restabelecidas para PIS e COFINS, passando a ser tributadas pela alíquota de 0,65% para PIS e 4% para COFINS desde julho de 2015, conforme Decreto n° 8426, de 1° de abril de 2015.

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de serviços. Vide nota explicativa n° 22.

**(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro corrente**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, conforme alteração dada pela IN RFB n° 1591, de 05 de novembro de 2015 e vigente a partir de setembro de 2015.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

**(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Como mencionado anteriormente, a partir de setembro de 2015 houve alteração da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, conforme IN RFB n° 1591, de 05 de novembro de 2015. O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e

contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Com base nas projeções de resultados tributáveis, a Administração da Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, nos próximos 5 exercícios.

#### **l. Receitas**

Toda receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito, bem como das transações parceladas são apropriadas ao resultado na data da captura e do processamento das transações, que é data em que a operação ocorreu e a partir do qual a Companhia incorreu com seus custos e pode gozar dos benefícios.

As receitas de serviços prestados ao portador, como tarifas de avaliação emergencial de créditos, intermediação de seguros, planos odontológicos etc. são registradas no momento em que ocorre a prestação de serviço.

A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços.

A receita de ativos financeiros de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

#### **m. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nos métodos de avaliação a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
  - **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
  - **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- n. Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio**  
Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.
- o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**  
Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia e suas controladas não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### ***IFRS 9 Financial Instruments***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

#### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

- IFRS 16 Leases (Operações de arrendamento mercantil) *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	6.728	14.159
Depósitos bancários à vista	12.172.670	9.456.557
Total	12.179.398	9.470.716

O saldo de depósitos à vista é necessário para cobrir o fluxo normal de pagamentos a serem efetuados em janeiro do ano seguinte, cujos montantes são elevados devido ao alto volume de vendas em dezembro de cada ano e são de alta liquidez e resgatáveis sem alteração de valor.

#### 5 Aplicações financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDBs), remuneradas às seguintes taxas de mercado do Certificado de Depósito Interbancário (DI) e Taxa Referencial (TR).

Instituição	Taxa	2016	Impostos	Resgate	Rendimento	Aplicação	2015
Banco Itaú	96,5%DI	5.754.571	(96.895)	(10.868.982)	502.530	15.485.750	732.168
Banco Pan	100% DI	1.233.719	-	(4.918.600)	152.303	4.918.000	1.082.016
Banco Safra	100% DI	120.284	-	(1.074.032)	3.317	1.191.000	-
Lecca Financeira	100% DI	183.053	-	-	3.053	180.000	-
Banco Bradesco	TR	75.000	-	-	-	75.000	-
Total		7.366.628	(96.895)	(16.864.714)	661.203	21.852.850	1.814.184

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, essas aplicações estão garantindo cartas de fiança firmadas com alguns lojistas e, por isso, não se caracterizam como caixa e equivalente de caixa. A Administração da Companhia classificou esses títulos como ativos financeiros registrados a valor justo por meio do resultado por que toma decisões de compra e venda de acordo com a gestão de fluxo de caixa e estratégia de investimentos da Companhia.

## 6 Contas a receber de clientes

### a. Composição da conta

	2016	2015
Contas a receber de clientes - portadores de cartões de crédito	221.897.502	240.573.594
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(17.243.584)	(18.849.027)
(-) Saldo futuro de juros - rendas a apropriar	<u>(8.814.593)</u>	<u>(9.093.444)</u>
 Total	 <u><u>195.839.325</u></u>	 <u><u>212.631.123</u></u>

O saldo futuro de juros/rendas a apropriar refere-se a juros futuros a apropriar de parcelas de compra com juros, de parcelamento de fatura e de saques.

#### (i) *Composição do saldo de contas a receber de cartões de crédito por idade de vencimento*

	2016	2015
A vencer	148.507.532	159.568.750
Rotativo	23.988.839	26.698.926
Vencidos de 65 a 179 dias	39.980.340	44.830.785
Vencidos há mais de 180 dias	606.198	381.690
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(17.243.584)</u>	<u>(18.849.027)</u>
 Total	 <u><u>195.839.325</u></u>	 <u><u>212.631.123</u></u>

#### (ii) *Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa*

As contas a receber são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores, períodos de atraso, que requer a análise da carteira, conforme análise de perdas históricas e perdas efetivas.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

Pelo histórico, as contas a receber vencidas há mais de 180 dias não são pagas, assim, a Administração adota o critério de efetuar a baixa para o resultado dos títulos vencidos há mais de 180 dias.

#### (iii) *Movimentação para créditos com liquidação duvidosa - PCLD*

	2016	2015
Saldo inicial	<u>(18.849.027)</u>	<u>(11.460.216)</u>
Adições	(8.271.133)	(13.647.900)
Baixas	<u>9.876.576</u>	<u>6.259.090</u>
 Saldo final	 <u><u>(17.243.584)</u></u>	 <u><u>(18.849.027)</u></u>

## 7 Impostos a recuperar

	2016	2015
IRPJ e CSLL a recuperar	-	132.926
IRRF a compensar	-	50.741
PIS e COFINS a recuperar	-	1.150.564
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	438.194	828.949
ISS a Compensar	-	8.108
Outros	1.848	1.086
	<u>440.042</u>	<u>2.172.374</u>
<b>Total</b>	<b>440.042</b>	<b>2.172.374</b>

Os saldos de créditos presentes no final do ano de 2015 na conta de Impostos a Recuperar foram constituídos devido à pagamentos realizados a maior, extinguiram-se todos durante o ano de 2016 por meio de compensações via PERDCOMP's.

## 8 Adiantamentos a lojistas

O saldo de R\$ 1.887.259 (R\$2.793.671 em 2015) refere-se a valores de recebimentos de faturas de portadores de cartões por lojas parceiras, cuja realização se dá semanalmente quando se faz o encontro de contas com o pagamento dos valores a repassar aos mesmos lojistas.

## 9 Contas a receber de lojistas

As contas a receber de lojistas (R\$ 3.456.009 em 2016 e R\$ 866.478 em 2015) resultam dos pagamentos de fatura efetuados em loja pelos portadores de cartões de crédito da modalidade Private Label e que deverão ser repassados subsequentemente à entidade, sem compensação com os saldos a serem repassados aos mesmos lojistas. Os cartões Private Label são cartões de crédito com a marca particular do lojista e a bandeira Fortbrasil.

## 10 Ativo imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equip. de comunicação	Equip. informática	Softwares	Benfeitorias em andamento	Benfeitorias em bens de terceiros	Total
<b>Custo histórico</b>								
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>763.908</b>	<b>116.652</b>	<b>127.506</b>	<b>1.215.591</b>	<b>352.099</b>	<b>-</b>	<b>1.743.009</b>	<b>4.318.765</b>
Adições	13.279	-	-	51.059	-	-	-	64.338
Baixas	-	-	-	(56.785)	-	-	-	(56.785)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	777.187	116.652	127.506	1.209.864	352.099	-	1.743.009	4.326.318
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>(260.817)</b>	<b>(104.020)</b>	<b>(72.788)</b>	<b>(599.156)</b>	<b>(335.442)</b>	<b>-</b>	<b>(322.779)</b>	<b>(1.695.002)</b>
Adições	(66.013)	(2.021)	(21.880)	(187.253)	(13.854)	-	(774.671)	(1.065.692)
Baixas	-	-	-	62.481	-	-	-	62.482
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	(326.830)	(106.041)	(94.668)	(723.927)	(349.296)	-	(1.097.450)	(2.698.212)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>503.091</b>	<b>12.632</b>	<b>54.718</b>	<b>616.435</b>	<b>16.657</b>	<b>-</b>	<b>1.420.230</b>	<b>2.623.763</b>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>450.356</b>	<b>10.611</b>	<b>32.838</b>	<b>485.937</b>	<b>2.803</b>	<b>-</b>	<b>645.559</b>	<b>1.628.105</b>

### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de estimativas para perda do seu valor recuperável.

## 11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 2016, a Companhia reconheceu os impostos diferidos de 45% sobre o montante das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Com base nas projeções de resultados tributáveis, a Administração da Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, nos próximos 5 exercícios.

## 12 Fornecedores

	2016	2015
Processamento de dados	332.234	306.697
Serviço de proteção ao crédito	108.857	90.799
Máquinas e equipamentos	18.835	35.911
Serviços postais	387.635	491.914
Manutenção de equipamentos de POS e Credenciamento	482.890	449.427
Outros	1.410.622	247.342
<b>Total</b>	<b>2.741.073</b>	<b>1.622.090</b>

## 13 Financiamentos e empréstimos

	Indexador	Juros	Vencimento	2016	2015
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
CCB Brasil S.A. - China Construction Bank	100% DI	0,90% a.m.	2017	4.383.333	5.435.417
Banco PAN S.A.	100% DI	0,68% a.m 0,70% a.m e	2017	5.000.000	4.500.000
Banco Daycoval S.A.	100% DI	0,85% a.m 0,93% a.m e	2017	3.332.209	2.585.405
Caixa Econômica Federal S.A.	100% DI	1,40% a.m.	2017	1.815.513	505.481
HSBC Bank Brasil S.A.	100% DI	0,40% a.m.	2016	-	51.827
Banco CommercialInvestmentTrust		1,27% a.m.	2017	51.747	56.449
Banco BNDES S.A.		1,32% a.m.	2017	13.572	18.278
Banco Safra S.A.	100% DI	0,68% a.m.	2017	1.119.648	
Outros		-	2016	-	4.256
				15.716.022	13.157.113
<b>Passivo não circulante</b>					
CCB Brasil S.A. - China Construction Bank	100% DI	0,90% a.m.	2018	277.779	-
Banco PAN S.A.	100% DI	0,68% a.m. 0,70% a.m e	2018	2.083.333	1.875.000
Banco Daycoval S.A.	100% DI	0,85% a.m.	2018	824.611	763.546
Caixa Econômica Federal S.A.	100% DI	0,93% a.m.	2016	-	38.583
Banco Commercial Investment Trust S.A.		1,27% a.m.	2016	-	51.745
Banco BNDES S.A.		1,32% a.m.	2018	29.993	43.566
				3.215.716	2.772.440
Total de financiamentos e empréstimos				<b>18.931.737</b>	<b>15.929.553</b>

## Garantias

Em garantia dos financiamentos e empréstimos foram firmadas cessões fiduciárias de direitos creditórios da carteira de clientes da Companhia e aval de acionistas.

### **Cláusulas contratuais (covenants)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros, com a exceção do Banco PAN que estabelece no contrato de cédula de crédito bancário nº 76190 celebrado com a Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A (“Emitente”) em 13 de maio de 2016, um índice financeiro que é a provisão de devedores duvidosos mensais sobre a carteira líquida abaixo de 5%, conforme clausula abaixo.

- **Cláusula 6** - (o) Não observância do índice e limite financeiro calculado anualmente pelo PAN, mediante divulgação das informações pela EMITENTE (“Índice(s) Financeiro(s)”), auditadas pela empresa KPMG, a saber: a razão entre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Mensal e a Carteira Líquida deverá permanecer abaixo de 5% (cinco por cento).

Para os fins estabelecidos nesta alínea (o) considera-se como:

- **“Provisão para Devedores Duvidosos Mensal”** o valor da provisão para fazer face aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, constituída mensalmente, mediante a aplicação dos percentuais indicados na resolução 2682 do Banco Central do Brasil; e
- **“Carteira Líquida”** como o valor de todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos de operações nos termos do “Contrato de Prestação de Serviço de Emissão e Administração dos Cartões Fortbrasil” (incluindo, mas não se limitando, a proposta e/ou termo de adesão cartão), que regula a prestação de serviços de administração de cartões de crédito com a bandeira “Fortbrasil”, pela Emissora, aos titulares de cartões de crédito, junto a certos estabelecimentos, descontado o valor da provisão para devedores duvidosos.

A Companhia finalizou o exercício com o indicador abaixo do limite estabelecido, porém o descumpriu em alguns meses específicos do ano.

## **14 Valores a repassar a lojistas**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Laser Eletro	6.659.391	10.470.995
Macavi	4.292.201	4.943.263
Ricardo Eletro	3.532.236	-
Center Box	3.379.737	3.243.170
Ban Ban Calçados	3.327.250	2.042.848
Armazém Paraíba	3.275.415	-
Zenir Móveis	3.172.469	113.509
Narciso Enxovais	2.593.000	3.301.134
Farmácias Pague Menos	2.518.199	2.194.136
A Tropical	1.941.962	1.980.286
Outros	67.674.551	65.411.006
<b>Total</b>	<b>102.366.411</b>	<b>93.700.347</b>

Referem-se a valores a repassar das compras efetuadas pelos portadores dos cartões nos respectivos lojistas, deduzidos das comissões pagas, por estes à Companhia, assim como de possíveis estornos de vendas e comissões.



## 15 Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
IRPJ e CSLL	-	176.877
PIS e COFINS	801.146	919.609
Outros	297.297	241.570
	<u>1.098.443</u>	<u>1.338.056</u>
<b>Total</b>	<u>1.098.443</u>	<u>1.338.056</u>

## 16 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente aos acionistas da Companhia, conforme CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes estão demonstrados a seguir:

### a. Empréstimos (mútuos) de partes relacionadas

Circulante	Vencimento	2016	2015
Raquel Matos de Freitas	2021	158.547	577.279
Felipe Teixeira de Freitas	2021	505.626	910.360
José Marcelo Matos de Freitas Filho	2021	36.042	999.548
Juliana Matos de Freitas	2021	36.041	791.966
		<u>736.256</u>	<u>3.279.153</u>
<b>Total circulante</b>		<u>736.256</u>	<u>3.279.153</u>
<b>Não circulante</b>			
Raquel Matos de Freitas	2021	486.966	-
Felipe Teixeira de Freitas	2021	1.526.483	1.290.609
José Marcelo Matos de Freitas Filho	2021	462.880	-
Juliana Matos de Freitas	2021	270.751	-
		<u>2.747.080</u>	<u>1.290.609</u>
<b>Total não circulante</b>		<u>2.747.080</u>	<u>1.290.609</u>
<b>Total</b>		<u>3.483.335</u>	<u>4.569.762</u>

Os empréstimos captados pela Companhia visam a suprir o fluxo de caixa das suas operações e estão suportados por contratos, os quais facultam à mutuária a amortização do valor total em parcelas de acordo com sua conveniência, respeitados os vencimentos supramencionados, sendo remunerados até setembro de 2016 com base na taxa CDI+1%, sendo alterada para TJLP a partir de outubro de 2016 conforme aditivo aos contratos.

As despesas de juros sobre esses empréstimos montaram em R\$ 823.255 em 2016 (R\$ 1.824.810 em 2015).

Não existe garantia para esses empréstimos previstos contratualmente.

**b. Transações comerciais**

	Despesas de aluguéis de imóveis e equipamentos		Despesas de credenciamentos, cobrança administrativa e representação comercial	
	2016	2015	2016	2015
FB Locadora Ltda.	499.244	1.731.347	-	-
SOLE Participações Ltda	907.873	520.271	-	-
Flexnet Locação de Equipamentos Ltda.	1.033.943	1.053.664	3.851.213	929.786
Procede Serv. Cobrança Extrajudicial Ltda.	-	-	7.209.278	-
<b>Total</b>	2.441.060	3.305.282	11.060.491	929.786

A FB Locadora Ltda.e a SOLE Participações Ltda. prestam serviços de aluguel de imóveis e veículos para a Companhia. Adicionalmente, a FB Locadora Ltda. concedeu empréstimo (mútuo) a Companhia cujo saldo fora quitado em 2016, conforme apresentado na nota explicativa nº 16.

A Flexnet Locação de Equipamentos Ltda. presta serviços de aluguel, instalação de máquinas de cartões de crédito, representação comercial e cobrança administrativa.

A Procede Serviços de Cobrança Extrajudicial Ltda. presta serviços de cobrança administrativa.

**c. Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração do pessoal-chave da administração no exercício de 2016 totalizou R\$ 342.693(R\$ 422.160 em 2015) e inclui honorários e salários, mas não os reembolsos de despesas para fazer face a atividade desses gestores. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões e benefícios de aposentadoria.

**17 Empréstimos (mútuos) de terceiros**

	Vencimento	Encargos	2016	2015
<b>Circulante</b>				
José Marcelo Matos de Freitas	2021	TJLP a.m.	64.190	463.325
FB Locadora e Serviços Ltda.	2016	2,0372% a.m.	-	1.311.388
			64.190	1.774.713
<b>Não Circulante</b>				
José Marcelo Matos de Freitas	2021	TJLP a.m.	197.156	-
			197.156	-
<b>Total</b>			261.346	1.774.713

Os empréstimos captados pela Companhia visam a suprir o fluxo de caixa das suas operações e estão suportados por contratos. Não existe garantia para esses empréstimos previstos contratualmente.

## 18 Debêntures

	Parcelas	Encargos	Vencimento	2016	2015
<b>Passivo circulante</b>					
4ª Debêntures não conversíveis	11	DI + 8% a.a.	2017	22.107.381	20.567.622
Juros				-	-
Subtotal				22.107.381	20.567.622
5ª Debêntures não conversíveis	22	DI + 10% a.a.	2017	20.909.091	9.090.909
Juros				(0)	160.253
Subtotal				20.909.091	9.251.162
				43.016.472	29.818.785
<b>Passivo não circulante</b>					
3ª Debêntures não conversíveis	60	TJLP	2020	10.000.000	10.000.000
Juros				3.624.972	1.278.638
Subtotal				13.624.972	11.278.638
4ª Debêntures não conversíveis	11	DI + 8% a.a.	2018	6.908.305	25.244.004
Juros				-	-
Subtotal				6.908.305	25.244.004
5ª Debêntures não conversíveis	22	DI + 10% a.a.	2018	9.545.455	10.909.091
Juros				-	-
Subtotal				9.545.455	10.909.091
				30.078.732	47.431.733
Total de debêntures				73.095.204	77.250.518

Em maio de 2015, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, no montante total de R\$40.000.000, sendo 40 debêntures, de série única, no valor de R\$ 1.000.000 cada, com vencimento em 05 de junho de 2020, tendo sido subscritas 10 debêntures, totalizando R\$ 10.000.000. O saldo restante de 30 debêntures não tem previsão para subscrição.

Sobre essas debêntures incidiram juros remuneratórios equivalente à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia acrescida exponencialmente de um percentual (Spread) sobre taxa de 8% ao ano até 10/2016. De acordo com assembleia geral de debenturistas datada de 31/10/2016, a partir de 11/2016 a remuneração passou a ser calculada pela TJLP.

As debêntures terão prazo de 60 meses e serão pagas em uma única parcela, na data do vencimento.

Em junho de 2015, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, emitindo 180 debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em 4 séries, sendo 60 debêntures objeto da primeira série, 40 debêntures objeto da segunda série, 40 debêntures objeto da terceira série e 40 debêntures objeto da quarta série. As debêntures tem seu valor nominal de R\$ 1.000.000 cada, com vencimentos em 30 de março de 2018 para a primeira série, 30 de dezembro de 2018 para a segunda série, 30 de junho de 2019 para a terceira série e 30 de dezembro de 2019 para a quarta série.

Foram subscritas 62 debêntures da 1ª e 2ª séries, que correspondem à totalidade das Debêntures da 4ª Emissão em circulação, tendo em vista que (i) 3 (três) debêntures da 1ª série e 35 (trinta e

cinco) debêntures da 2ª série da 4ª Emissão foram canceladas e (ii) até a presente data não houve a subscrição e/ou integralização de debêntures integrantes da 3ª e 4ª séries da 4ª Emissão.

Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalente à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia acrescida exponencialmente de um percentual (Spread) sobre taxa de 8% ao ano.

As debêntures serão pagas em parcelas trimestrais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento das debêntures da primeira série devido em 30 de setembro de 2015, o primeiro pagamento das debêntures da segunda série devido em 30 de junho de 2016, o primeiro pagamento das debêntures da terceira série devido em 30 de dezembro de 2016 e o primeiro pagamento das debêntures da quarta série devido em 30 de junho de 2017.

Em dezembro de 2015, Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures, a qual foi aditada em 26/04/2016, 08/07/2016, 29/08/2016 e 13/12/2016, emitindo 50 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em 4 séries, sendo 20 debêntures objeto da primeira série, 10 debêntures objeto da segunda série, 10 debêntures objeto da terceira série e 10 debêntures objeto da quarta série. As debêntures tem seu valor nominal de R\$ 1.000.000 cada, com vencimentos em 18 de dezembro de 2017 para a primeira série, 18 de setembro de 2018 para a segunda série, 18 de dezembro de 2018 para a terceira série e 18 de março de 2019 para a quarta série. Foram subscritas 40 debêntures, totalizando R\$ 40.000.000. O saldo restante de 10 debêntures não tem previsão para subscrição.

Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalente à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia acrescida exponencialmente de um percentual (Spread) sobre taxa de 10% ao ano.

As debêntures serão pagas em parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento das debêntures da primeira série devido em 18 de março de 2016, o primeiro pagamento das debêntures da Segunda série devido em 18 de dezembro de 2016, o primeiro pagamento das debêntures da terceira série devido em 18 de março de 2017 e o primeiro pagamento das debêntures da quarta Série devido em 18 de junho de 2017.

## **Garantias**

As garantias das debêntures são:

- Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos das faturas de cartões de créditos de sua emissão;
- Fianças prestadas pelos garantidores na qualidade de devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações assumidas.

### Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

As debêntures da 4ª e 5ª Emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

- Quarta Emissão - conforme cláusula 5.17, de vencimento antecipado, da Escritura de Emissão, especificamente nos itens xxiv, xxx, xxxi (a, b, c, d, e).
- (xxiv) sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, a alienação, a cessão, a doação ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de propriedade da Emissora e/ou da Power Participações cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do ativo total da Emissora, apurado com base no balancete do mês anterior ao mês de referência, incluindo-se no cálculo a dívida oriunda da presente Emissão, e que, no entendimento dos Debenturistas, possam levar ao descumprimento de obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxv) constituição de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima sobre ativos da Emissora e/ou da Power Participações, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do ativo total da Emissora, apurado com base no balancete do mês anterior ao mês de referência, incluindo-se no cálculo a dívida oriunda da presente Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures; e
- (xxvi) caso a Emissora deixe de atender qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir (“**Índices Financeiros**”), a serem calculados pelos Debenturistas ou empresa de auditoria contratada pela Emissora e acompanhado mensalmente com base nas informações mensais divulgadas pela Emissora em até 15 (quinze) dias após a sua divulgação, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 30 de junho de 2015 e as demais verificações ocorrerão até o pagamento integral das Debêntures. No caso de impossibilidade de verificação e conferência dos Índices Financeiros, poderão os Debenturistas solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários:
- a. A Dívida Líquida, incluindo as Debêntures, em qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão, deve ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do ativo total da Emissora, apurado com base no balancete do mês anterior ao mês de referência;
  - b. A soma de Empréstimos com Terceiros e Empréstimos com Partes Relacionadas, em qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão, deve ser superior a R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), sendo certo que referido valor poderá ser menor exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) caso qualquer valor pago pela Emissora em razão dos Empréstimos com Partes Relacionadas seja conferido à Emissora, mediante a integralização de aumento do seu capital social por seus acionistas; e/ou (ii) os Empréstimos com Partes Relacionadas sejam substituídos por debêntures da 3ª emissão da Emissora, subscritas pelo Guarani Fundo de Investimento Multimercado Exclusivo Crédito Privado Investimento no Exterior, administrado por SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., observado ainda que, durante a vigência desta Escritura de Emissão, os acionistas não poderão vender, negociar ou de qualquer forma dispor das debêntures por eles subscritas no âmbito da referida 3ª emissão;

- c. O Índice de Liquidez Corrente deve ser superior a 0,90 (noventa centésimos);
  - d. A Provisão para Devedores Duvidosos Mensal/Receita Bruta Mensal deve permanecer abaixo de 45% (quarenta e cinco por cento); e
  - e. A Provisão para Devedores Duvidosos Mensal/Carteira Líquida deve permanecer abaixo de 5,0% (cinco por cento).
- Quinta Emissão - conforme cláusula 5.16, de vencimento antecipado, da Escritura de Emissão, especificamente nos itens xxvii, xxxiii, xxxiv (a, b, c, d, e),
- (xxvii) sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, a alienação, a cessão, a doação ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de propriedade da Emissora e/ou da Power Participações cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do ativo total da Emissora, apurado com base no balancete do mês anterior ao mês de referência, incluindo-se no cálculo a dívida oriunda da presente Emissão, e que, no entendimento dos Debenturistas, possam levar ao descumprimento de obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxxiii) constituição de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima sobre ativos da Emissora e/ou da Power Participações, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do ativo total da Emissora, apurado com base no balancete do mês anterior ao mês de referência, incluindo-se no cálculo a dívida oriunda da presente Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures;
- (xxxvi) caso a Emissora deixe de atender qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir (“**Índices Financeiros**”), a serem calculados pelos Debenturistas ou empresa de auditoria contratada pela Emissora e acompanhado mensalmente com base nas informações mensais divulgadas pela Emissora em até 15 (quinze) dias após a sua divulgação, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 30 de setembro de 2015 e as demais verificações ocorrerão até o pagamento integral das Debêntures. No caso de impossibilidade de verificação e conferência dos Índices Financeiros, poderão os Debenturistas solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários:
- a. a Dívida Líquida, incluindo as Debêntures, em qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão, deve ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do ativo total da Emissora, apurado com base no balancete do mês anterior ao mês de referência;
  - b. a Emissora não poderá efetuar quaisquer pagamentos no âmbito de Empréstimos com Terceiros ou Empréstimos com Partes Relacionadas antes de efetuar os pagamentos devidos com relação às Debêntures, observado que tal restrição não deve impedir que (i) os Empréstimos com Partes Relacionadas sejam convertidos em capital da Emissora (mediante conferência em aumento do seu capital social ou de outra forma); e/ou (ii) os Empréstimos com Partes Relacionadas sejam substituídos por debêntures da 3ª (terceira) emissão da Emissora, subscritas pelo Guarani Fundo de Investimento Multimercado Exclusivo Crédito Privado Investimento no Exterior,

administrado por SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., observado ainda que, durante a vigência desta Escritura de Emissão, os acionistas não poderão vender, negociar ou de qualquer forma dispor das debêntures por eles subscritas no âmbito da referida 3ª (terceira) emissão;

- c. o Índice de Liquidez Corrente deve ser superior a 0,90 (noventa centésimos);
- d. a Provisão para Devedores Duvidosos Mensal/Receita Bruta Mensal deve permanecer abaixo de 55% (cinquenta e cinco por cento), podendo, excepcionalmente, atingir o percentual de 62% (sessenta e dois por cento) durante o segundo semestre do ano de 2016; e
- e. a Provisão para Devedores Duvidosos Mensal/Carteira Líquida deve permanecer abaixo de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento);

A Companhia cumpriu os índices de todas as condições restritivas, exceto os citados a seguir que já encontram-se suportados por waiver dos debenturistas da 4ª. e 5ª. emissão datados de dezembro de 2016.

- Quarta Emissão - conforme cláusula 5.17, de vencimento antecipado, da Escritura de Emissão, especificamente nos itens xxxi (d) e (e).
- Quinta Emissão - conforme cláusula 5.16, de vencimento antecipado, da Escritura de Emissão, especificamente no item xxxiv (d). O debenturista também já concedeu, neste mesmo documento, waiver para o 1º. Trimestre/2017 (01/01/2017 a 31/03/2017) não ultrapassar o índice máximo de 60%.

## **19 Provisão para contingências**

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não constituiu provisão para perdas com as ações em curso, pois montam em valores imateriais.

### **Processos com probabilidade de perda possível**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor total das causas passivas julgadas como possíveis de perda é de R\$ 522.183 e R\$ 884.696, respectivamente, para os quais não foi constituída provisão, por não ser requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Processos relevantes**

Em agosto de 2012 a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em R\$ 20.198 mil, incluindo os valores de principal, juros e multas referentes a imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS referentes aos anos-calendário de 2007 e 2008, sob a alegação de possível omissão de receitas pela ocorrência de saldo credor de caixa, principalmente.

Em setembro de 2012 a Administração da Companhia ajuizou processo requerendo a impugnação da referida autuação.

Em 6 de fevereiro de 2013 os membros da turma de julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, publicaram decisão administrativa de primeira instância, por excluir da

base dos tributos devidos da Administração da Companhia o montante de 10,8 milhões de reais. Passando a representar em processo o valor de R\$ 11.985 mil (principal e multa).

Em 26 de março de 2013 a Administração da Companhia entrou com novo recurso voluntário no CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda e em face da decisão parcialmente favorável à Fortbrasil, foi tempestivamente protocolado Recurso Voluntário.

Em 09 de junho de 2016 a Administração da Companhia entrou com novo recurso voluntário no CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda que decidiu por converter em diligência o julgamento, para que a Delegacia da Receita Federal do Brasil analisasse a documentação juntada e se pronunciasse a respeito, aguarda elaboração de relatório para posterior manifestação.

Os assessores jurídicos da Companhia informaram que o valor da causa atualizado em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 27.679 mil (principal e multa), mas avaliam que a probabilidade de perda possível dessa causa é de R\$ 15.710 mil. Como consequência, a Administração da Companhia, baseada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e na opinião dos seus assessores jurídicos não registrou qualquer valor de provisão para perda desse processo.

A Administração divulga essas informações por considerar os valores envolvidos relevantes.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social autorizado e totalmente integralizado é de R\$ 33.220.000, dividido em 16.610.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, e 16.610.000 ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, no valor unitário de R\$ 1,00 cada.

### **b. Reserva Legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **c. Prejuízos acumulados**

A destinação do prejuízo do exercício de 2016 no montante de R\$ 10.950.106 restou da seguinte forma: (i) absorção das reservas legal e de retenção lucros em sua integralidade no valor de R\$ 402.519 e R\$ 5.735.893 respectivamente; e (ii) o valor de R\$ 4.811.695 para prejuízos acumulados.

### **d. Remuneração aos acionistas (dividendos)**

Os acionistas da Companhia têm direito ao recebimento de dividendos anuais não cumulativos, de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios não foram calculados devido a Companhia ter apresentado prejuízo no exercício de 2016.



## 21 Instrumentos Financeiros

### Gerenciamento de risco financeiro

#### *Visão geral*

A Companhia apresenta exposição a riscos de crédito, de liquidez, de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

#### *Estrutura do gerenciamento de risco*

A alta Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do grupo de clientes.

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes, além de determinar políticas de crédito através de um setor específico e serviços de monitoramento de transações terceirizado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015
	Valor contábil	Valor contábil
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	12.179.398	9.470.716
Aplicações financeiras	7.366.628	1.814.184
Contas a receber de clientes	195.839.325	212.631.123
Adiantamentos a lojistas	1.887.259	2.793.671
Outros créditos	1.448.361	1.530.565

#### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia esse risco mantendo adequadas reservas, aplicações financeiras, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade operacional, do mercado financeiro e de partes relacionadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia estão apresentadas nas notas explicativas nºs 13, 16, 17 e 18.

***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 5, 13, 16, 17 e 18, a Companhia possui aplicações financeiras indexadas ao DI e operações de financiamento e empréstimos com terceiros e com partes relacionadas também indexadas ao DI.

A Administração da Companhia entende que as exposições mencionadas estão dentro de padrões aceitáveis.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros específicos para mitigar tal exposição.

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variação pela volatilidade das taxas de câmbio, pois não possuem operações relevantes em moeda estrangeira.

***Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros***

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão identificados a seguir:

	Mensuração contábil	2016		2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	12.179.398	12.179.398	9.470.716	9.470.716
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	195.839.325	195.839.325	212.631.123	212.631.123
Adiantamento a lojistas	Custo amortizado	1.887.259	1.887.259	2.793.671	2.793.671
Contas a receber de lojistas	Custo amortizado	3.456.009	3.456.009	866.478	866.478
Cessão de direitos creditórios	Custo amortizado	1.600.000	1.600.000	3.553	3.553
Outros créditos	Custo amortizado	1.448.361	1.448.361	1.530.565	1.530.565
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras	Valor justo	7.366.628	7.366.628	1.814.184	1.814.184
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	2.741.073	2.741.073	1.622.090	1.622.090
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	18.931.737	18.931.737	15.929.554	15.929.554
Valores a repassar lojistas	Custo amortizado	102.366.411	102.366.411	93.700.347	93.700.347
Debêntures	Custo amortizado	73.095.204	73.095.204	77.250.518	77.250.518
Transações com partes relacionadas	Custo amortizado	3.483.336	3.483.336	6.344.475	6.344.475
Dividendos propostos	Custo amortizado	-	-	1.504.014	1.504.014
Outras contas a Pagar	Custo amortizado	2.960.041	2.960.041	3.469.269	3.469.269

## **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)**

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

### ***Contas a receber de clientes***

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

### ***Fornecedores***

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

### ***Financiamentos e empréstimos, empréstimos de acionistas, empréstimos de terceiros e Debêntures***

Os valores dos financiamentos atrelados ao DI aproximam-se dos valores de exigibilidade em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de DI futuro.

### **Hierarquia do valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	-	18.931.737	-
Debêntures	-	73.095.204	-
Transações com partes relacionadas	-	3.744.681	-
Dividendos Propostos	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	-	15.929.554	-
Debêntures	-	77.250.518	-
Transações com partes relacionadas	-	6.344.475	-
Dividendos Propostos	-	1.504.014	-

## 22 Receita operacional líquida

	2016	2015
<b>Receitas</b>		
Receita de portador - tarifas	4.903.637	3.726.701
Receita de portador - juros apropriados	33.171.825	27.683.118
Receita de lojista - aluguel de POS	1.313.548	1.304.242
Receita de lojista - comissão repasse vendas	13.483.628	13.280.153
Receita de lojista - antecipação de vendas	9.598.857	9.757.013
Comissão de intermediação de negócios	7.643.411	6.148.639
Recuperação de despesas e encargos	33.996.975	30.732.197
Outras receitas operacionais	351.627	308.369
Total de receitas	104.463.508	92.940.432
<b>Deduções das receitas</b>		
(-) ISS	(1.301.533)	(1.157.775)
(-) PIS s/ Faturamento	(2.299.610)	(1.852.612)
(-) COFINS s/ Faturamento	(11.483.052)	(8.990.156)
Total de deduções das receitas	(15.084.195)	(12.000.542)
Receita operacional líquida	89.379.313	80.939.89

## 23 Custo dos serviços prestados

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Custo com pessoal	2.610.328	2.759.705
Cartões magnéticos	67.286	81.087
Locação de POS	985.463	1.025.384
Serviços cadastrais e de captação	217.651	4.438.479
Telecomunicação / Internet	440.452	708.521
Processamento de dados	4.797.650	4.811.118
Serviços postais	4.053.924	4.120.831
Serviço de instalação e credenciamento de lojistas	1.188.783	824.286
Serviços de proteção ao crédito	1.382.513	1.441.473
Cobrança terceirizada	12.046.782	7.041.238
Serviços gráficos	805.935	827.735
Perdas por fraude	206.737	243.336
Comissões s/ intermediação de negócios	1.395.657	2.084.861
Outros	2.764.357	2.294.995
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>32.963.518</u>	<u>32.703.049</u>

## 24 Despesas administrativas e gerais

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas com pessoal	3.937.685	4.194.938
Serviços contratados - Assistência contábil / jurídica	1.535.372	907.315
Serviços contratados - Sistemas informatizados	162.521	138.825
Serviços contratados - Manutenção e conservação	549.457	652.099
Serviços contratados - Consultorias	1.468.208	1.363.684
Serviços contratados - Propaganda e publicidade	1.890.548	700.201
Serviços contratados - Serviços gráficos	96.357	145.542
Serviços contratados - Outros	504.097	1.479.679
Telecomunicação / Internet	231.656	220.309
Aluguel / Condomínio	1.977.139	2.732.385
Outras despesas administrativas	2.704.405	2.182.960
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>15.057.445</u>	<u>14.717.937</u>

## 25 Outras despesas operacionais, líquidas

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Venda de bens do imobilizado	-	-
Ganhos de capital	-	-
Outras receitas	196.719	1.305.584
	<hr/>	<hr/>
Total de outras receitas operacionais	196.719	1.305.584
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Outras despesas	(681.064)	(965.903)
	<hr/>	<hr/>
Total de outras despesas operacionais	(681.064)	(965.903)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	<u>(484.345)</u>	<u>339.681</u>

## 26 Receitas financeiras, líquidas

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	662.119	293.682
Juros ativos (*)	79.174.271	75.915.613
Multas (*)	8.001.599	7.868.765
Outros	<u>716.200</u>	<u>1.824.119</u>
Total das receitas financeiras	88.554.189	85.902.179
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e correção sobre empréstimos e financiamentos	(20.912.506)	(18.672.340)
Serviços bancários	(2.583.843)	(2.200.738)
Descontos concedidos	(1.113.358)	(318.483)
Juros e multas de mora	<u>(188.708)</u>	<u>(60.561)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(24.798.415)</u>	<u>(21.252.122)</u>
Receitas financeiras, líquidas	<u>63.755.774</u>	<u>64.650.056</u>

(\*) Juros ativos e multas referem-se a cobrança aos clientes que refinanciaram o seu saldo devedor totalmente ou em parte.

## 27 Despesas com imposto de renda e contribuição social

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(10.950.106)</b>	<b>9.387.309</b>
Alíquota fiscal combinada	45%	40%
Acréscimo de Alíquota fiscal combinada - CSLL *	-	5%
Parcela sobre a qual não incide o adicional de imposto de renda	(240.000)	(240.000)
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>-</b>	<b>3.714.233</b>
Adições permanentes	1.401.625	8.247.335
Provisão para PCLD	(1.605.443)	7.388.811
Brindes	190.648	177.216
Outras Despesas-Disp. Não dedut. (lei nº 9.249/95)	272.290	563.374
Patrocínio	1.100	110.000
Frete Marketing	4.374	-
Doações	34.180	720
Multas e Infrações Fiscais	-	7.214
Despesa de Tributos Diferidos	2.255.479	-
Despesa de Tributos Indedutíveis	248.995	-
Exclusões permanentes	(2.475.481)	(2.955.524)
Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Juros Capital Próprio	-	-
Receita de Impostos Diferidos	(2.475.481)	(2.955.524)
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício</b>	<b>-</b>	<b>5.754.092</b>
Alíquota efetiva	0%	61%

(\*) A partir de setembro de 2015 houve alteração da alíquota da contribuição Social de 15% para 20%, conforme IN RFB nº 1591, de 05 de novembro de 2015.

Os registros contábeis lançados cujo a natureza diminua o lucro da organização, mas que pela legislação do IR e da CSLL são indedutíveis, foram adicionados ao resultado. As adições estão detalhadas no quadro acima. Já os valores contábeis que foram incluídos ao resultado contábil, mas que pela legislação do IR e da CSLL não devem compor a base de cálculo do IR e da CSLL, foram excluídos. As exclusões estão detalhadas no quadro acima.

## **28 Cobertura de seguros**

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos.

## **29 Perdas com recebíveis**

Referem-se a perda com recebíveis (contas a receber de clientes) registradas de acordo com os critérios mencionados na nota explicativa no. 6, itens *ii e iii*

## **30 Eventos subsequentes**

Em 03 de Fevereiro de 2017, a Companhia efetuou a Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie “com garantia real”, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, cujo valor total será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo realizada em 1 (uma) única série com 50.000 (cinquenta mil) títulos e terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão, vencendo em 10 de fevereiro de 2020.

Os juros remuneratórios incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo”, acrescida de spread (sobretaxa) de 8,2500% (oito inteiros e dois mil, quinhentos décimos de milésimos por cento) sendo pagos em 12 (doze) parcelas trimestrais, com a primeira devida em 10 de maio de 2017 e a última em 10 de fevereiro de 2020;